

A IDÉIA DE CIÊNCIA NA FENOMENOLOGIA DE HUSSERL A PARTIR DA SEXTA INVESTIGAÇÃO LÓGICA

The idea of science in Husserl's phenomenology from sixth Logic Investigation

Adelar Conceição*

Resumo: O tema do presente texto refere-se à idéia de ciência na fenomenologia de Husserl analisada a partir de uma leitura da *sexta investigação lógica*. Para tanto, parte-se de uma análise da introdução e da parte inicial das *Investigações lógicas*, dedicada a fundamentação de uma lógica pura enquanto fundamento de uma teoria do conhecimento, da qual Husserl extrai sua crítica ao psicologismo e funda o terreno propriamente fenomenológico como “ciência de essências”. Em seguida tomaremos a “idéia de ciência” expressa em *A filosofia como ciência de rigor*, na qual Husserl apresenta de maneira definitiva seu ideal de ciência dentro do quadro da fenomenologia clássica. Com base na definição ali apresentada de ciência como “intuição de essência”, retornamos a *sexta investigação lógica* e procuraremos mostrar como Husserl pretende fundar a idéia de ciência e de conhecimento em geral a partir da noção de “intuição categorial”.

Palavras-chave: ciência; fenomenologia; Husserl.

Abstract: The theme of this text refers to the idea of science in Husserl's phenomenology analyzed from a reading of the *sixth logical investigation*. To do so, one starts with an analysis of the introduction and the early part of the *Logical Investigations*, a foundation dedicated to pure logic as the basis for a theory of knowledge, which Husserl draws its critique of psychologism and founds the terrain itself as phenomenological “science of essences”. Then we will take the “idea of science” expressed in *Philosophy as rigorous science*, in which Husserl presents definitively his ideal of science within the framework of classical phenomenology. Based on the definition of science presented here as “intuition of essence”, returned the sixth logical investigation and try to show how Husserl claims to base the idea of science and knowledge in general from the notion of “categorical intuition”.

Keywords: science; phenomenology; Husserl.

* Doutorando em Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia – UFRGS. Contato: adelarconceicao@hotmail.com

1. A fenomenologia como método das ciências

As *Investigações Lógicas* (1900/01) de Edmund Husserl está dividida em duas grandes partes, a primeira (tomo I) trata dos *Prolegomenos a uma lógica pura*, enquanto a segunda (tomo II) se refere às *Investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento*. Pela divisão da obra e o conteúdo dos subtítulos é possível ter uma idéia da dimensão do projeto husserliano. Trata-se do que o autor irá considerar posteriormente o esboço de uma ciência pura dos fundamentos do conhecimento, não apenas da filosofia, mas das ciências em geral.

1.1. A lógica como teoria do conhecimento

A introdução das *Investigações* exemplifica de maneira clara os problemas com os quais Husserl se defronta desde a *Filosofia da Aritmética* (1891), convergindo para o problema do fundamento da ciência, sua verdade e unidade. Contudo, diferente da posição adotada na obra anterior, onde se pretende uma redução do conceito de número ao resultado de operações subjetivas de ordem psíquica explicáveis pela psicologia, trata-se aqui justamente da crítica desta forma de psicologismo:

“De fato, nós esperamos poder explicar claramente, na investigação que se segue, que a lógica anterior, e sobretudo a lógica atual, fundada sobre a psicologia, sucumbe quase sem exceção aos perigos que nós haveremos de indicar, e que o progresso no conhecimento da lógica está fundamentalmente paralisado por esta interpretação errônea dos princípios teóricos e pela confusão de domínios que daí resulta”¹.

Para Husserl trata-se primeiro de uma limpeza do terreno da lógica para em seguida passar aos seus fundamentos teóricos, pois disto dependerá a possibilidade da teoria do conhecimento e conseqüentemente da própria objetividade do conhecimento. Assim logo de início Husserl nos deixa confrontados com duas possibilidades: ou “a lógica é uma disciplina teórica, independente da psicologia e ao mesmo tempo formal e demonstrativa”, ou “uma tecnologia dependente da psicologia”². Estas duas alternativas convertem-se por um lado na contraposição entre uma “disciplina apriorística e demonstrativa” e uma “disciplina empírica e indutiva”.

Assim, o esforço de Husserl no início das *Investigações* é mostrar a “imperfeição teórica” das ciências particulares, seu caráter fundado e, portanto, sua incapacidade de perguntar pelos seus próprios princípios. Diz-nos o autor que precisamente o matemático, o físico, o astrônomo, não necessitam recorrer aos fundamentos últimos de sua atividade para levar a bom termo seus trabalhos científicos, contudo, ficam assim impossibilitados de provar estes mesmos pressupostos sobre os quais repousa a validade de suas conclusões.

¹ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. p. 5.

² Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. p. 6.

Os pressupostos de ordem metafísica não críticos, tomados como fundamento das ciências, são o pressuposto de que há um mundo exterior compreendido no espaço e no tempo, que todo devir está submetido à lei da causalidade, etc.; contudo, estes fundamentos, que levam erroneamente o nome de teoria do conhecimento, não são suficientes para restituir a perfeição teórica subtraída das ciências particulares, “eles concernem somente as ciências que são afetadas pela realidade natural, este não é o caso de todas as ciências, e certamente não das ciências puramente matemáticas, que tem por objeto os nomes, as multiplicidades e outras coisas do gênero, que nós pensamos como simples supostos de determinações puramente ideais, independentemente de toda existência ou não-existência real.”³. Dito de outra forma, para Husserl, a verdade de uma proposição nada tem a ver com pressupostos de ordem empírica que se fundam na prerrogativa da existência de objetos e de leis compreendidas num mundo exterior, como no caso das ciências da natureza. Mas neste caso julgar conforme a verdade de um juízo é algo radicalmente diferente de afirmar que quer que seja sobre a existência desta coisa. Conforme Husserl coloca:

“Ora, no saber nós possuímos a verdade. É no saber atual, ao qual em última análise nós nos remetemos, que nós a possuímos como sendo o objeto de um julgamento exato. Mas isso só não é suficiente; pois todo julgamento exato, toda posição ou toda rejeição, conforme a verdade, de um estado de coisas, não será um *saber* da existência ou da não-existência deste estado de coisas. *Isto que o caracteriza antes* – se ele fala de um saber no sentido mais estreito e mais estrito – *é a evidência*⁴, a certeza luminosa que *é* esta que, nós reconhecemos ou que *não é* esta que nós rejeitamos, certeza que nós devemos, como é bem conhecido, distinguir da convicção cega, de opinião vaga ou de qualquer opinião fixa que seja, se nós não quisermos, pelo menos, encalhar sobre os recifes do extremo ceticismo”⁵.

Compreende-se, portanto, que para Husserl esta “certeza luminosa” não possa ser aquela verdade parcial das disciplinas específicas. Pelo contrário, nestes termos, “[...] a evidência, nós a consideramos como a percepção imediata da verdade ela-mesma”⁶. Com isto Husserl delimita a distância que separa esta certeza *fundante* da certeza *fundada*, da “crença ingênua” das ciências na existência de estados de coisas exteriores. Daí poder se afirmar que:

“Em última análise, todo conhecimento verdadeiro, e, especialmente todo conhecimento científico, repousa portanto sobre a evidência e, também a distância que se estende a evidência, se estende também o conceito de saber.

³ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. pp., 11-12.

⁴ Grifo nosso.

⁵ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.. p, 13.

⁶ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.. p, 14.

Não subsiste menos uma dualidade no conceito de saber (ou, o que para nós tem o mesmo sentido: do conhecimento). Saber no sentido mais estrito da palavra, é a evidência que um certo estado de coisas existe ou não existe [...]”⁷.

Assim fica claro a pretensão de Husserl na análise da lógica como teoria da ciência, trata-se, com efeito, de estabelecer esta como *disciplina normativa*, porquanto compreende as ciências enquanto “unidades sistemáticas de tal ou tal gênero”.

Em ligação com este tema Husserl nos oferece de passagem uma primeira indicação da sua idéia de ciência:

“O que é próprio das ciências verdadeiras, as ciências válidas como tal, dito de outro modo o que constitui a idéia de ciência, é aquilo que a lógica tem por propósito investigar, a fim de que nós possamos assim medir, de acordo com este critério, se as ciências empíricas existentes são conforme a esta idéia, ou em que medida elas se aproximam e em que elas são em oposição com ela”⁸.

Para isto é necessário mostrar em que medida a fenomenologia, ao se contrapor ao tipo de conhecimento produzido pelas ciências específicas, é capaz de oferecer um conhecimento necessário e, no entanto, diverso daquele produzido pelo método das ciências da natureza.

1.2. A intuição das essências

Partindo da idéia da lógica pura como teoria do conhecimento, Husserl elabora sua crítica das limitações do método das ciências naturais e da tendência psicologista na lógica, delineando com isto os contornos do campo da fenomenologia. Com efeito, não se tratam mais de fenômenos no sentido das ciências empíricas, da posição de um objeto existente no mundo exterior, mas dos fenômenos tal como se dão para a consciência. Contudo, se o objeto já não é mais uma natureza em si, mas o correlato desta natureza objetiva, que se pode captar e determinar com validade objetiva? Husserl responde da seguinte forma:

“[...] se os fenômenos não são *natureza*, tem sem embargo uma *essência* captável, e adequadamente captável, na contemplação imediata todos os enunciados que descrevem os fenômenos por meio de conceitos diretos, o fazem, quando são válidos, mediante conceitos de essências, ou seja, por meio de significados conceituais de palavras que podem se fazer efetivas na intuição de essência.”⁹

Ainda que se tenha abstraído do fenômeno sua “existência objetiva” ele conserva para a consciência a sua essência e, portanto, possível de ser captável numa consciência intuitiva a que Husserl chama “intuição de essência”. Não se trata aqui de uma “experiência” de percepção ou

⁷ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.. p, 14.

⁸ Husserl, Edmund. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.. p, 28.

⁹ Husserl, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992. p, 47.

recordação, nem de uma generalização empírica que postula a existência de um objeto por meio de dados da experiência, o conhecimento de essência, diz Husserl, não é um conhecimento de *matter of fact*, nada diz sobre a existência individual do objeto. Neste caso, é como se fosse necessário se valer de um “ver fenomenológico”:

“Porém tudo isso depende de que compreendamos que assim como ouvimos imediatamente um som também vemos uma ‘essência’, a essência ‘som’, a essência ‘fenômeno da coisa’, a essência ‘coisa visível’, a essência ‘representação – imagem’, a essência ‘juízo’, ‘vontade’, e que contemplando-la podemos abrir juízo sobre a essência”¹⁰.

Portanto, ao se abstrai da posição existencial da natureza, “[...] a fenomenologia pura considerada como ciência *não* pode *ser* mais que uma investigação de essência e de nenhum modo uma investigação de existência”¹¹. Com efeito, veremos que o seu ideal de ciência pretende ser bem mais abrangente que as ciências específicas em geral.

2. A filosofia como ciência de rigor¹²

Neste texto, Husserl retoma e aprofunda alguns aspectos da concepção de fenomenologia e a crítica ao psicologismo e agora também do historicismo como formas de relativismo. Contudo, outro aspecto relevante, e de importância fundamental para a temática deste trabalho, refere-se a pretensão de Husserl, expressa já no título *A filosofia como ciência de rigor* (1907), em fazer da fenomenologia uma filosofia primeira e da filosofia uma ciência rigorosa. Assim, passando por alto as partes em que Husserl retoma temas já tratados nas Investigações, iremos nos concentrar no que se refere a “idéia de ciência” expressa no texto.

Husserl faz alusão a vocação científica da filosofia, ou seja, desde sua origem o conhecimento filosófico pretende ser uma ciência rigorosa, mas não só, quer além disso satisfazer as necessidades teóricas mais profundas desde as quais se possa erigir “uma vida regida por normas puramente racionais”. Precisamente neste ponto o seu ideal de ciência diferente tanto do conceito moderno de ciência experimental. “O conceito de ciência de Platão, de Descartes e do racionalismo do século XVII em geral”¹³. Com efeito, faz-se notar que junto com este instrumento rigoroso herdado da tradição, Husserl incorpora também o seu ideal de ciência como verdade absoluta orientada segundo um fim.

Mas, com efeito, a filosofia não pretende ser uma ciência ao lado das demais, senão que o seu papel é de sanar a “imperfeição” das ciências particulares em organizar numa unidade o caráter

¹⁰ Husserl, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagedo, 1992. p. 53.

¹¹ Husserl, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagedo, 1992. p. 53-54.

¹² A versão espanhola aqui utilizada opta pela expressão “ciencia estricta”, contudo utilizaremos a tradução “ciência de rigor” como ocorre na maior parte dos trabalhos em língua portuguesa.

¹³ Kuypers, D. K. “La concepción de la filosofía como ciencia rigurosa y los fundamentos de las ciencias en Husserl”. In: *Husserl. Tercer coloquio filosófico de Royaumont*. Buenos Aires: Paidós, 1968, pp. 68-87. p. 69.

fragmentário do conhecimento. Husserl constata que ao longo da história da filosofia persiste este ideal de fundamentação científica, contudo, a cada vez que se retoma novamente o problema ele é reformulado sob novas bases e novos métodos. A dificuldade da filosofia em constituir-se em ciência é, portanto, de um outro grau: “Porém a imperfeição da filosofia é muito distinta de todas as ciências – de acordo com o que se acaba de descrever. Não é que se disponha de um sistema de doutrina imperfeito, incompleto nos detalhes, senão que não dispõe de nenhum”¹⁴.

Cabe a fenomenologia a tarefa de sanar esta “imperfeição” da filosofia sob o seu elemento característico: a intuição de essências. Trata-se de tudo aquilo que já foi dito nas *Investigações*, ou seja, os fenômenos não são em si natureza, não implicam a posição de um objeto existente, mas são um correlato desta natureza que apresentam uma essência captável na intuição de essência. Assim, até onde alcança o “ter consciência intuitiva”, até ali alcança a possibilidade desta “ideação” correspondente. Husserl reforça sempre que este campo de experiência original aberto pela fenomenologia não só nada tem a ver com a experiência empírica, como também não pode ser derivada da experiência interna:

“Se vê portanto que se cometeria o pior dos erros se se espera-se poder escutar a essência da recordação, do juízo, da vontade, etc., por meio de experimentações psicofísicas e por percepções ou, vivências interiores não intencionais, para chegar a conceitos rigorosos que são os únicos que podem dar valor científico a denominação do psíquico nos enunciados psicofísicos e a estes mesmos”¹⁵.

A esta intuição original e fundadora da possibilidade de compreensão da origem do conhecimento Husserl dedica a *sexta investigação* lógica.

3. Análise da *sexta investigação* lógica

No capítulo sexto da sexta investigação, segunda seção – sensibilidade e entendimento, sobre *intuições sensíveis e categoriais*, Husserl retorna ao problema deixado em aberto pelas investigações precedentes, a saber, o problema do preenchimento das formas categoriais, ou em larga medida a relação entre intenção de significar e intuição sensível.

Logo de início, Husserl faz notar que mesmo nos enunciados mais simples de percepção, não apenas são preenchidas as representações nele contidas, mas também a significação do enunciado se preenche por meio desta percepção. Deste modo, o problema daí decorrente já se apresenta bem delineado para Husserl:

“Se o preenchimento das significações nominais parece a alguém suficientemente claro, nós lhe perguntamos como deve ser compreendido o preenchimento dos enunciados inteiros, sobretudo no tocante ao que vai além da sua ‘matéria’, isto é, no

¹⁴ Husserl, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992. p. 10.

¹⁵ Husserl, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992. p. 57.

caso presente, além dos termos nominais. Que deverá e poderá dar preenchimento aos momentos de significação que constituem a forma da proposição como tal – momentos da ‘forma categorial’ – entre os quais se encontra, por exemplo, a cópula?”¹⁶.

Dito de outra forma, o problema pode ser expresso na pergunta mesma pela possibilidade de manter o ideal de preenchimento completamente adequado. Neste caso, a todas as partes e formas da significação corresponderiam também formas da percepção? Husserl responde dizendo que “o protótipo de interpretação da relação entre o significar e o intuir seria assim a relação entre a significação própria e as percepções correspondentes”¹⁷. Assim, se conheço a cidade de *Colônia* e, portanto, o significado da palavra *Colônia*, encontro em cada um dos seus significados atuais uma correspondência com a percepção futura que venha a confirmá-la.

Mas, com efeito, o que Husserl quer fazer notar é que há nesta operação um excedente na significação, uma forma que não encontra na aparição algo que pudesse confirmá-la. Como no caso de quando vejo um papel branco e digo “papel branco”, digo também papel *que é* branco. Nota-se então que:

“Só as significações de características unificadas no ‘conceito’ de papel é que tem na percepção o seu termo; *aqui também o objeto inteiro é conhecido como papel, aqui também há uma forma complementar que contém o ser*, embora não como forma única. Como é óbvio, a função preenchida da simples percepção não pode satisfazer tais formas”¹⁸.

Para Husserl, como se sabe, ao falarmos em conhecimento em geral, trata-se de “atos de pensar intuitivamente fundados”. Contudo, na ausência de intuição, não se pode falar certamente de conhecimento, mas tão somente de um visar do puro pensamento, aquele que poderá vir a ser confirmado numa intuição. No caso dos juízos gerais, para que este venha a ser posteriormente confirmado é necessário, portanto, que o seja na intuição pelo caráter de preenchimento e identificação peculiar a todo conhecimento. Mas, justamente, a dificuldade está em como se daria esta identificação, a proposição geral buscaria em vão uma confirmação com base nos elementos fornecidos pela intuição individual.

A solução do problema passa, segundo Husserl, por recorrermos aos “atos fundados”, ou seja, aqueles atos em que sempre que os pensamentos gerais são preenchidos pela intuição, não se trata apenas do objeto intuído, ele próprio, mas este funciona antes como exemplo daquela intenção geral propriamente dita. Assim, neste caso particular, a intenção significativa dirige-se antes para algo geral, a ser confirmado pela intuição, pelo que fica comprovada a “possibilidade objetiva” deste geral.

¹⁶ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 105.

¹⁷ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 106.

¹⁸ Grifo nosso. Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 107.

No §43 Husserl irá tratar dos correlatos objetivos das formas categoriais como momentos não “reais”. Isto significa que, tal como em Kant, o ser não é aqui um predicado real, no sentido em que “a flexão que dá a forma, o ser na função atributiva e predicativa, não se preenche, dissemos, em nenhuma percepção”¹⁹. Com efeito, trata-se muito simplesmente do que Husserl chamava acima o “excedente na significação”, aquela forma que não pode ser confirmada por nenhuma aparição, isto é:

“O ser não é nada *dentro* do objeto, nenhuma de suas partes, nenhum momento e ele inerente, nenhuma qualidade ou intensidade, como também nenhuma figura, nem absolutamente nenhuma forma interna nenhuma característica constitutiva, como quer que seja concebida. Mas o ser também não é nada de *aderente* ao objeto, assim como não é uma característica real externa e por isso não é absolutamente nenhuma ‘característica’, no sentido de uma característica real”²⁰.

De modo análogo, Husserl diz que também entre as relações, porquanto se considere os objetos num mundo exterior fenomênico, enquanto formas concretas de unidade externa dos objetos, não se pode aí encontrar nada como o *é*.

Contudo, por outro lado, a origem do conceito de ser não deve ser procurada também no domínio da percepção interna. Ocorre que, para Husserl, a intuição não se refere somente aquilo que é percebido pelos sentidos, mas pelo contrário, considera necessário “... estender adequadamente o conceito de percepção sensível, de tal modo que ele viesse a abranger ainda toda percepção ‘interna’ e de tal modo que, sob o título de objeto sensível fosse incluído também o círculo correlato dos objetos internos – e, portanto, o eu e suas vivências internas”²¹. Portanto, não apenas o ser, mas também outras formas categoriais dos enunciados (o *um* e o *o*, o *e* e o *ou*, e *se* e o *então*, formas da quantidade e, determinações numéricas, etc.), não encontram correspondente possível na intuição sensível, nem nesta maneira mais ampla de considerar a sensibilidade, que não é para Husserl senão a “esfera dos objetos reais de uma possível *percepção sensível*”.

Vê-se em que medida a fenomenologia se difere de uma doutrina que afirma que categorias lógicas como ser, não-ser, unidade, princípio, conseqüência, etc., surgem na reflexão sobre atos psíquicos e que, portanto, são conceitos sensíveis que pertencem ao domínio do “sentido interno”. Ora, assim como o ser não é um componente real de um objeto externo, do mesmo modo não é de um objeto interno. Quer dizer que:

“No juízo – enunciado predicativo – o *é* figura como um momento da significação [...] O próprio *é* não figura aí; na palavra *é*, ele é apenas significado, ou seja, signitivamente visado, entretanto, ele próprio é dado [...] Aparece agora não somente aquilo que é visado [...]; o juízo e a intuição do juízo se unem aqui para construir a

¹⁹ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 111.

²⁰ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 111.

²¹ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 112.

unidade do juízo evidente e, no caso mais favorável, do juízo evidente, no sentido do limite ideal”²².

A reflexão sobre juízos não pode ser, assim, a origem dos conceitos de “estado de coisa” e “ser”, antes a própria reflexão já os pressupõe. Ocorre que na reflexão esta simples vivência torna-se um “ser objeto”. Então, se tomarmos o ser primeiramente como o ser predicativo, este ser já deve de alguma forma ser dado e isto, segundo Husserl, num ato análogo a intuição sensível.

3.1. Ampliação do conceito de intuição: a intuição categorial

A partir daqui Husserl tenta responder a questão elaborada pelas análises precedentes, a saber, “como podem ser preenchidas as formas categoriais das significações, a não ser pela percepção ou pela intuição naquele sentido mais restrito, ao falarmos da ‘sensibilidade’, tentamos indicar provisoriamente?”²³.

Com base no que já foi exposto, Husserl pode afirmar, com efeito, que num “enunciado de percepção” as formas são também efetivamente preenchidas, e não apenas os “momentos materiais” da significação. Contudo, isto só já não basta, se quisermos falar de “formas categoriais”, será necessário recorrer a um outro sentido da percepção, caso se queira extrair dos elementos categoriais de significação o mesmo oferecido aos elementos materiais pela simples percepção sensível. Trata-se agora de oferecer uma fundamentação descritiva da já apontada diferença relativa as percepções, entre intuições sensíveis e categoriais.

A percepção compreende o seu objeto de forma diversa, sensível ou categorial conforme a “objetividade” a ele ligada, ou seja, conforme a objetividade seja um objeto real ou ideal. Assim Husserl nos oferece uma primeira caracterização dos objetos sensíveis ou reais como objetos do grau mais baixo de intuição e objetos categoriais ou ideais como objetos de graus superiores.

Na percepção sensível o objeto é imediatamente dado como presente. Quer dizer, os objetos sensíveis se dão num “único grau de ato”, ou dito de outra maneira, *não são atos fundados sobre outros atos*, que viriam a se converter em objetos de um outro grau para a percepção. Cada ato de percepção pode desempenhar o papel de ato fundamental sobre o qual se fundam novos atos, que geram uma nova consciência de objetividade que pressupõe, contudo, a consciência original. Surgem, portanto, novos atos que constituem novas objetividades, mas que não existiam nem poderiam ser dadas nos atos fundantes.

Com efeito, para Husserl, nestes atos fundados é que reside o que há de categorial no intuir e no conhecer. O objeto sensível, apreendido de maneira simples na percepção sensível, é dado de

²² Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 113.

²³ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 114.

maneira não desdobrada, embora suas partes constituintes estejam nele, no ato simples elas não se tornam objetos explícitos. Finalmente, deixemos que o próprio Husserl exprimir a necessidade dos “atos categoriais” de caráter fundado que aí tem origem:

“As ligações sensíveis são momentos do objeto real, seus momentos efetivos nele presentes, ainda que só implicitamente dele destacáveis por meio de uma percepção abstrativa. Pelo contrário, as formas de ligação categoriais são formas correspondentes aos modos dos atos-sínteses, ou seja, formas que se constituem objetivamente nos atos sintéticos, edificados sobre a sensibilidade. [...] No todo sensível as partes *A* e *B* são unidas pelo momento de contigüidade que as liga de maneira sensível. O destaque dessas partes e momentos, a construção das intuições de *A*, de *B* e de ser-contíguo, ainda não produz a representação *A é contíguo a B*. Esta exige um ato novo que se apodere dessas representações, dando-lhes a forma e a ligação adequadas”²⁴.

Conclusão: a forma categorial como fundamento do conhecimento e o ideal de ciência de rigor

Por fim, os *atos fundados*, analisados por Husserl, são intuições de objetos de uma nova espécie, dados numa esfera alargada do conceito de intuição, onde estes têm todas as peculiaridades próprias das intuições, sendo que nestas últimas o preenchimento não se dá apenas sobre o fundamento do ato simples, mas sobre o fundamento dos atos categoriais.

Ora, o procedimento essencial da fenomenologia é precisamente a intuição das essências, fato que Husserl não se cansa de contrapor as ciências experimentais. O seu paradigma de ciência pura é justamente a lógica pura e as matemáticas puras, pois considera que a estas não importa o estudo de realidades, mas de relações essenciais do ato que estabelece os fundamentos últimos. A tendência geral da fenomenologia como método descritivo é, com efeito, tomar a consciência e a subjetividade como ponto de partida e com isto a ser a contraparte de toda ciência objetiva e empírica, e isto se traduz na concepção de Husserl da intuição categorial enquanto ato que torna possível compreender o próprio conhecimento:

“A concepção dos atos categoriais como intuições é a única que torna realmente transparente a relação entre o pensar e o intuir, relação que não recebeu até agora, por parte de nenhuma crítica do conhecimento, uma elucidação aceitável – como também é a única que torna compreensível o próprio conhecimento, na sua essência e no seu desempenho”²⁵.

Podemos concluir aqui que a idéia de ciência em Husserl tem sua origem e motivação justamente nessa tentativa de oferecer um fundamento apodítico ao conhecimento. Assim, tudo aquilo a que Husserl se refere desde os “Prolegomenos à lógica pura” nas *Investigações*, de uma lógica enquanto teoria do conhecimento por oposição a uma ciência naturalista da consciência, e da idéia de

²⁴ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 124.

²⁵ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p, 130.

realizar uma filosofia enquanto ciência de rigor (expresso em *A filosofia como ciência de rigor*) recebe aqui, em certo sentido, o seu fundamento.

A vinculação aqui entre a idéia de ciência e sua fundamentação a partir da “Sexta investigação” nos parece pertinente na medida em que, o progresso da concepção de ciência em Husserl, parece se confirmar na *Filosofia como ciência de rigor* como reflexo da necessidade interna da fenomenologia em buscar um fundamento apriorístico, que escape a toda forma possível de entendimento desta como uma investigação da ordem de uma “psicologia descritiva” (conforme posteriormente Husserl considera a abordagem presente nas *Investigações*). Aí, conforme procuramos mostrar está presente não só a retomada e aprofundamento das críticas ao psicologismo, e a qualquer concepção de ciência fundada em pressupostos meramente naturais e acríticos, senão que essa mesma crítica e a “idéia de ciência” apresentada tem um acento na necessidade de rigor auto-imposta à fenomenologia, fato que se verá mais claramente nas obras posteriores de Husserl. Levado por esse ideal, Husserl se empenha cada vez mais em fazer da fenomenologia uma investigação transcendental em oposição à “tese natural” do mundo das ciências naturais. Prova disso é a introdução da *epoché* a partir da *Idéias para uma Fenomenologia Pura e uma Filosofia Fenomenológica* (1913), como operação metódica que tem justamente a função de por “entre parêntesis” a tese do mundo natural, e a aparição do *Ego* transcendental nas *Meditações Cartesianas* (1931), como resultado final da *epoché* e princípio de constituição de todo sentido do mundo para a consciência. Fato que leva o próprio Husserl a definir a fenomenologia então como “idealismo transcendental”.

Contudo, para os propósitos desse trabalho, nos limitamos aqui a indicar a relação entre a idéia de ciência em Husserl e o projeto de fundamentação apriorística do conhecimento, como uma investigação acerca das essências, fundada por sua vez na forma da intuição categorial. Deixamos apenas a título de indicação a importância que o ideal de ciência de rigor, gestado a partir desses trabalhos, terá para a futura “fenomenologia transcendental”. Aqui o Husserl das *Investigações* se encontra ainda distante da versão transcendental subjetivista da fenomenologia que apresentará posteriormente. A certeza absoluta é primeiramente epistemológica, “adquirida metodicamente pelo retorno a intuição como fundamento da ciência”²⁶.

Referências

HUSSERL, Edmund. *La filosofía como ciencia estricta*. Trad. Elsa Taberning. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992.

_____. *Recherches Logiques. Tome premier: Prolégomènes à la logique pure*. Trad. de Hubert Elie, Arion L. Kelkel e René Scherer. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

²⁶ Husserl, Edmund. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 130.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.229-240 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

_____. *Investigações Lógicas – Sexta investigação*. Selec. e Trad. de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

KUYPERS, D. K. “La concepción de la filosofía como ciencia rigurosa y los fundamentos de las ciencias en Husserl”. In: In: *Husserl. Tercer coloquio filosófico de Royaumont*. Buenos Aires: Paidós, 1968, pp. 68-87.

SCHÉRER, René. *La fenomenología de las “Investigaciones lógicas” de Husserl*. Trad. Jesús Díaz. Madrid: Editorial Gredos, 1969.